

# O CABOCCLO

REDACTORES E PROPRIETARIOS — ATHAYDE JUNIOR E NARCISO ARAUJO

ANNO I — N. 1

VILLA DE ITAPEMURIM, 27 DE OUTUBRO DE 1901

Redacção: Rua Municipal, N. 57.

## ASSIGNATURAS:

ANNO . . . . . 10\$000  
SEMPRE . . . . . 6\$000

(-) PAGAMENTO ADIANTADO (-)

«-» Publicação semanal «-»

## AVISOS ESPECIAES

NARCISO ARAUJO

— ADVOGADO —

Villa de Itapemurim

DR. JOÃO RICARDO DA COSTA FILHO — Médico. Aceita chamados a qualquer hora.

## Nosso objectivo

Como força social, orientadora e impulsiva de nosso progresso, aspirações e bem-estar, surge hoje à luz da publicidade o O CABOCCLO, periódico semanal, a cumprir, preso embora à lei irrevogável e condicional dos destinos humanos, um alto dever de civismo e de patriotismo, sob os estímulos fortes e ao mesmo tempo pungentes das tristezas, dos erros e infidelidades, que, no pavoroso momento histórico que atravessamos, a todos luctuosamente impressiona e affligem, todos dolorosamente revoltam e indignam.

O CABOCCLO, título simples, amplamente suggestivo, já é por si só um programma, por si só constitue uma bandeira plena de incitamentos, tanto para a paz como para a guerra. Tão suggestivo, que espontaneamente evoca e traz à imaginação não só a poetica e original tradição dos primitivos habitantes do Paiz, em dado momento postos em contacto e cruzamentos com povos de diversas raças, continuamente nelle aportados, como dá-nos o sentimento e a ideia nítidos e vivazes, numa expressão clara e ampla, da vida, sofrimentos e aspirações dos brasileiros de hoje, seus remotos descendentes, e inequivocamente representados — na historia contemporânea de nossa patria — pela figura extraordinariamente viril e gloriosa de Floriano Peixoto.

Assim pois, a função do O CABOCCLO, como órgão de opinião e de princípios, será por demais consentânea e consequente com o criterio evolutivo de nosso povo.

Antes de tudo e sobre tudo elle affirmará a verdade, o direito, o bem, o bello e a justiça, sempre prompto a combater e a relegar para suas origens escusas o erro e o mal.

Politicamente, na esphera administrativa e autonoma da vida espirito-santense, elle chama a si a responsabilidade integral do manifesto de 10 de Fevereiro deste anno, publicado por um de nossos companheiros de trabalho.

E será, por ventura, seu mais energico proposito agitar e levantar a opinião e o patriotismo da população espirito-santense no sentido de resolute verificar-se, qual a verdadeira situação actual dos encargos financeiros do Estado, quanto deve, interna e externamente, ou se temos ou não cumprido a fideiussoria obrigação.

A verdade é que as notícias do exterior sobre nosso credito e execução de nossos compromissos, como um estigma de morte, singularmente demorão e corroboram o extremo da penuria e ruína a que chegamos.

E' necessario, é imperioso e urgente saber-se positivamente se o Estado, irremediavelmente arruinado como está, pode ou não continuar a subsistir na federação, como Estado autonomo, mesmo com algum sacrificio mais por parte de uma população já de si exhausta e empobrecida. No caso, porém, da evidencia de uma tal impos-

sibilidade, por uma fatalidade inaudita, por um esforço supremo de humanidade, procedamos a sua união com o grande Estado mineiro, segundo os dispositivos constitucionaes claramente consignados naquelle documento politico e o qual até hoje subsiste intacto, sem uma contradição de valor.

Libregas esphinges, o problema financeiro e o estado do Thezouro continuão perpetuamente escuros e impenetraveis ao publico. Nada se vê e de nada sabe-se, em tudo reinando supremo e asphixiante o mysterio.

O governo, indifferente à opinião publica, ansiosa por conhecer a origem escusa de tantas afflicções, adiesamente tudo occulta. Prova o alliegado a propria mensagem deste anno, como havemos de mostrar-o brevemente.

Mas essa coisa, o mais monstruoso subterfugio politico até hoje — na Republica — produzido no mundo official e para cuja confecção necessario foi adiar-se por largos dias a abertura do Congresso, só mesmo poderia intitular-se *mensagem*, aqui, nesta infeliz terra, patria fecunda de esbanjamentos e de fraudes inominaveis.

Em qualquer outro momento e meio politico: sendo, como é de um lado, especie de memoria ou resenha imperfecta e exclusivamente architectada sobre lavoura, recita e commercio do café, não ao Congresso estadual, mas ao de agricultura na Capital Federal mais adequadamente a elle deveria ter sido dirigida. Por outro lado e identicamente, a maior parte da mensagem deveria ter sido dirigida ao jornalismo, como resposta que é aos criticos, ou, para fallarmos franco, como resposta capciosa e tímida ao arguido no manifesto a que por vezes nos temos referido.

Finalmente o O CABOCCLO, que será uma vontade e um esforço a mais para a definitiva consolidação da Republica, desde já propõe-se a uma campanha activa e constante em prol não só do desenvolvimento agrícola, pela adopção ou vulgarisação de novos methodos, novos processos, relativos ao aperfeiçoamento do cultivo em geral, parallelamente a uma melhor adaptação do capital e do trabalho e expansão correspondente da industria de transportes, adequada aos seus diversos centros produtores, como ainda será uma voz energica a clamar em favor da instrução popular, especialmente primaria, e esta sob a luz fecunda e efficaz do ensino intuitivo e experimental ou de conhecimentos praticos indispensaveis e accordes ao meio agrícola em que vivemos.

Quanto a situação ou forma actual da Republica, somos pelo regimen politico adoptado na Constituição de 24 de Fevereiro, com a reforma ou revisão, porém, pelo menos dos seguintes pontos:

Queremos a mais rigorosa unidade do direito e do processo.

Substituição dos impostos de exportação pelos de terra e rendas.

Passagem das terras devolutas para a União.

Unidade de sellos.

Unidade da lei eleitoral e esta pautada pelo projecto do eminente Dr. Assis Brazil.

Proibição dos presidentes dos Estados de contrahirem empréstimos no estrangeiro, sem previa authorisação do Congresso Nacional.

Competencia do Supremo Tribunal Federal para denunciar e tornar nullas as disposições das diversas constituições dos Estados, que, por ventura, contravenham aos principios bases da Constituição Federal.

Confiantes, pois, no valor e excellencia das medidas consignadas neste obscuro programma do O CABOCCLO, jámais dissimularemos que, o successo desses intuitos, legitimas aspirações do povo e do nosso patriotismo, está absolutamente dependente da adhesão e amparo decisivo do publico espirito-santense e da acção conjuncta e efficaz dos nossos amigos na defesa e propaganda desses principios.

## Um signal dos tempos

Este titulo, que um dia correu mundo em um jornal vigoroso, dirigido, si me não engano, pelo nosso preclaro e immortal Tobias Barreto, é adequadissimo ás linhas que se vão seguir.

De brevissima polemica recente entre dois jornaes da Capital d'este Estado resalta um signal que, sendo de uma rara expressividade, está exigindo um commentario e um aviso.

O caso é que, respondendo ao «Commercio», folha opposicionista, o «Estado do Espirito Santo», jornal official da politica dominante, dirigiu-lhe esta ameaça: «porque poderemos provar-lhe que dentro de suas officinas tem alguém que percebe do Estado duzentos mil reis para advogar e passear pelas ruas da Capital, o que não é muito decente para quem é moço opposicionista independente e pôde como outros dar largas a sua actividade trabalhando realmente.»

Basta «alguém» é um magistrado que se acha em disponibilidade, em virtude da lei que supprime diversas comarcas do Estado, e ao invés de receber os vencimentos a que têm incontrastavel direito, percebe apenas os que inequívocamente lhe foram fixados.

A este direito claramente definido na suprema lei do paiz corresponde a obrigação consequencial, por parte do Estado, de assegurar-lhe, respeit-o, dar-lhe cumprimento e, o que é mais, com uma pontualidade que, ao menos, minore um pouco a coacção originada da deminuição illegal dos ordenados.

Entender de outro modo é acariar e propalar absurdos.

Porque, pois, o jornal official busca dar ao que é uma obrigação iniludivel a cujo cumprimento o governo não pôde furtar-se, sem quebra de honestidade, o feitiço, e caracter de um favor que pôde desaparecer quando assim aprouver a quem beneficia?

Ninguém fará a grande injustiça de suppor que o «Estado» escrevesse a sua ameaça, cochilando sobre conhecidas injunções legaes.

A razão é, portanto, muito outra, e transparece dentro do azedume das quatro ultimas linhas do revide ameaçador.

«O Alguém» é moço opposicionista independente e recebe duzentos mil reis mensaes, como juiz em disponibilidade.

E porque isto não é «decente», arde o amor pelos dinheiros publicos. Indireto!

D'estarte insinua-se a subordinação, a dependencia, a subalternidade de uma função magestática, a reprehensibilidade da conduta a quem é magistrado, dentro d'esta parcella da federação, e a quem aspira sel-o.

A quem é, dizemos mal, porque, em rigor de logica, como o «Estado» não ameaça os outros magistrados, é que os tem na conta de já definitivamente consolidados na subserviência, na adaptação facil de suas decises à vontade jupiteriana do poder dominante, na resignação da perda das proprias ideias e individualidades, na identificação do seu venerando officio como officio abjecto do exercicio eleitoral.

É inevitavel esta illação, depois da leitura das linhas do órgão do partido vi-

gente na administração dos negocios estaduales.

Entretanto, lá diz a Constituição do Estado, em seu art. 77:

«Para a admissão à magistratura requer-se, como titulo *profundamente indispensavel*, a honestidade publica e privada. O magistrado deve saber impôr-se ao respeito e consideração dos seus concidadãos pelo seu proceder correcto e uma tradição honrosa.»

É tão difficil conciliar-se com o que disse o «Estado» a pureza d'este artigo constitucional, como conciliar-se com uma lofetada um carinho.

Vergonhoso signal, na verdade, de tempos depressos este que resalta, em franca claridade, das palavras do confrade governista!

Das consulas, com que a politicagem tenta ampliar seus dominios, no Brasil, a que mais repugna aos espiritos desejosos do equilibrio social pela independencia e rectidão dos poderes é esta, de certo, que por todo o nosso glorioso paiz vive alevitando à porta dos tribunales e acaenando do censo a consciencia dos magistrados.

Nun regimen democratico, de ampla fiscalização, de ampla garantia, de ampla responsabilidade, de amplo debate critico de ideias, opiniões e actos, isto significa, nada mais nada menos, um apostolado de amordamento, de escravisação, de unanimidade silenciosa ante erros e crimes.

Para nós, quando a insinuação começa a accear-se da justiça, representada na magistratura, o facto atinge a culminancia do desrespeito.

O «Estado» foi muito infeliz em articular a sua ameaça d'illa fere profundamente a reputação, o melindre de todos os juizes do Estado com a illação que della necessariamente deduz.

Si elle tem a convicção dos seus ideaes, a coragem de opiniões, a independencia de bater-se por ellas, os louvores podemos dirigir-lhe, só sympathias nos pôde inspirar. Basta, basta muito que os nossos magistrados mal ganhem para a subsistencia, e se sintam contrangidos a manter a representação a que os obrigam as suas nobilissimas funções.

Basta, basta muito que elles se envergonhem, porque têm brio, da situação precarissima em que, no geral, vivem, batendo quotidianamente, quem sabe! — as portas de jurisdiccionados negociantes, para que lhes supram o alimento, a credito, por prazos indeterminados.

O «Estado» foi muito infeliz em articular a sua ameaça d'illa fere profundamente a reputação, o melindre de todos os juizes do Estado com a illação que della necessariamente deduz.

Não é esta a lição que precisamos, principalmente nós os moços, para sermos dignos filhos da Patria, rectos servidores do Estado, pundonorosos e honestos juizes.

A lição é o exemplo de Marshall, o juiz incorruptivel, que a palavra mais esplendida d'este paiz aureolou, num hymno formoso, dentro d'esta parcella da federação, lembrando a lenda do sino da Liberdade, que se rompeu ao passanço do impetuoso magistrado.

A lição é o da inflexibilidade e impessoalidade da Justiça, sobrestante das facções e porrias apaixonadas, integra, serena, magestosa, triumphal.

O «Estado» foi muito infeliz em articular a sua ameaça contra o magistrado que escreve nas columnas do «Commercio».

Cavendish judicium.

Acatelem-se os juizes do Estado do Espirito Santo contra as selucções da serpa maligna, contra os collosos da serpe venenosa! E ahí fica o aviso, e o commentario a um tristissimo signal dos tempos que correm.

ESPIRITO SANTO

## RECTIFICAÇÃO

Já estavam impressas a 1ª e 4ª paginas, quando demos com o engano de composição do cabeçalho d' O CABOCLLO, relativo ao Estado donde elle procede. Pedimos desculpas aos leitores por essa falta involuntaria, que será corrigida no próximo numero.

QUINTINO BOCAUYA

D'aqui a mezes, e povo brasileiro tem de escolher o magistrado que lhe deve dirigir os destinos no proximo quadriennio constitucional. Escolha de tão elevada importancia deve exclusivamente recahir em individualidades de sólida estrutura moral e intellectual, em figuras politicas verdadeiramente representativas, em nomes predestinados por um halo de sagradação.

Dos homens da região, que podem disputar o premio dos votos nacionaes, nenhum significa, e esta é uma verdade inteira, uma candidatura de tanta importancia como a de Quintino Bocayua, nenhum entra no pleito com uma credencial tão rutilante e gloriosa.

O nome, que estella estas linhas, é, sem duvida a expressão mais legitima da democracia, em nossa Patria; é a Republica, pela mais gallarda e sympathica attitud; a que elle elevou, no Brazil, o apostolado, pela devoção mais decidida, pelo amor mais carinhoso por ella e por um culto que o tempo, a passar, tem tornado cada vez mais vivo.

Urge á Nação acolher-se á farga e generosa sombra que este nome projecta dentro do perimetro dos destinos patrios, elegendo, num sufragio que valha uma apothecose, o preclaro demagogo que o martyrio de assistir a dits amargos de deturpação do seu esplendido ideal já entriñecheou num magnifico claro envolvel.

Aconselhando ao eleitorado do Estado do Espirito Santo esta candidatura, pois que entre os conformamos com a preterição do estadista que mais soffreu e contribuiu para a fundação da Republica no Brazil, temos a honra de transcrever em nossas humides columnas o Manifesto, publicado pelo «O Paiz» dos illustres representantes da terra fluminense na Assembléa Legislativa do Estado do Rio.

Etti-o

## MANIFESTO

Ao Estado do Rio de Janeiro Immediatos representantes do povo fluminense na Assembléa Legislativa, so nos falta autoridade politica para indicar a Nação uma candidatura á presidencia da Republica no proximo pleito do 1º de Março, sobram-nos, entre tanto, razoes para pronunciar-nos dentro do Estado sobre a escolha que melhor deve traduzir as aspirações republicanas do paiz.

Com o devido respeito aos eminentes chefes politicos que subelevantam o boletim official do 20 de Setembro, e sem duvidar do alto patriotismo que os inspira, nós, os republicanos fluminenses, sentimos não poder corresponder ao apello do SS. EEx., como julgamos opportuno dizer francamente ao Estado, que não nos conformamos com a preterição do estadista que mais soffreu e mais contribuiu para a fundação da republica no Brazil.

Referimo-nos ao Sr. Quintino Bocayua: somos pela sua candidatura.

Que nos releve a irreverencia os illustres homens politicos a quem temos tido a fortuna do obedecer; mas com o ser esta attitud um symptoma auspicioso do revivescencia do nosso espirito politico, é tambem, e sobretudo, a expressão de uma convicção com a qual não podemos absolutamente transigir.

Ao digno corpo eleitoral do Estado do Rio recomendamos o nome do proclamo chefe que pela sua moderação, pelos seus serviços e pela sua alta capacidade, é quem, a nosso ver, reane as condições de mais successo para o desempenho do supremo cargo do presidente da União.

Petropolis, 24 de Setembro de 1901.  
João Cruvello Cavalcanti, Henrique Borges Monteiro, Henrique Carneiro Leão Teixeira, J. A. de Azevedo Cruz, M. A. Alvares de Azevedo Sobrinho, José Rodrigues Porto Sobrinho, Antonio Fernandes da Costa Pinheiro, Mathieu Nogueira Brandão, Manoel Gesteira Passos, Arnaldo Tavares, Abelardo S. Teixeira de Mello, Porto Rocha, João Ferreira Goulart, Faria Serra, Josino A. de Barros, José Hypolito C. Ramos, Alfredo Becker, Ezequiel Baptista Pinheiro, Paulo Ribeiro, Thaumaz de Carvalho Soares Brandão, Ildefonso Brant de Bulhões Carvalho, Dr. Francisco Chaves de Oliveira Botelho, Theophilo A. de Castro, Elyzio de Araujo, Ernesto Ribeiro, Theophilo dos Santos, Manoel Themistocles de Almeida, Dr. Bernardino de Almeida Senna Campos, Dr. Arthur de Sá Esp. Dr. Galadino de Valle, Cornelio de Souza Lima, Afonso Peixoto de Alencar Lima, Abilio Alves de Souza, G. J. de Araujo Pinheiro, Arthur da Silva Castro, Fidelis Alves, Francisco Paula Gomes, Antonio Francisco Soares, Sebastião Modesto, Francisco Pinheiro de Souza Werneck (Barão d. Iguazu), Aureliano Portugal, Ventura de Albuquerque, Oliveira Bello, João Quintino da Rocha Werneck (Barão de Palmeiras) Victor P. Braga Mello, Eduardo Cotrim, Fernando Ferraz, Vieira Braga, João Baptista Pereira dos Santos, José H. T. Leme, Alves Costa, Modesto de Mello e Pedro Celestino Gomes da Cunha.

O «CaboCLO» não devolvido, assignatura aceita.

Regularisou-se, no dia 12 do corrente com solemnidade, em Anchieta (Benevento) a loja maçônica «Luz Universal».

A commissão regularizadora foi composta dos senhores major Virgilio Silva, Domingos Rozeiro, drs. João Costa e Anesio Serano e capitão Balbino Quintaes.

As lojas «Monte Libano», Silencio e Virtude» e «Itapemirense» delegaram poderes para representá-las, aquella a uma commissão que veio da capital deste Estado e estas ao sr. Antonio Hautequest.

Aos Beneventenses damos nossos parabens.

## PESTE BUBONICA

Como já é sabido, grassa em Campos esta terrivel molestia. Lemos um telegramma annunciando a retirada de muitas familias d'aquella cidade para S. João da Barra. São noticias estas que muito nos inquietam, visto como é já em proximidade do nosso Estado que está lavrando a molestia. Demais, ignoramos que as autoridades competentes do Estado hajam dado as indispensaveis providencias que o caso exige.

D'aqui pedimos aos poderes publicos que se não descuidem a só momento do por em pratica os necessarios meios preventivos, pois que, como outros, este municipio se acha completamente desprezado de recursos que possam fazer frente á introdução da peste.

## VAPORES

Esperados do Norte:  
Maquy a 28 do corrente  
Itapemirim a 30  
Esperados do Sul:  
Murapy a 29 do corrente  
Mayriuk a 5 de Novembro.

## APUROS DO GOVERNO COM A PENHORA

Circunstancias protelatorias e imprevistas, que communmente occorrem na montagem material de qualquer empresa, de certo modo retardarão a publicação deste periodico.

Razão bastante e unica talvez pela qual neste numero do «O CABOCLLO» não pudemos tomar na devida consideração os acontecimentos graves, embora longamente previstos, que presentemente se desdobráo sobre a calamitosa e esteril administração do Sr. Moniz Freire e parte dos quaes, para vergueira nossa e do povo brasileiro, é hoje do dominio publico. Por uma fatalidade terrivel, estourou-lhe nas mãos a bomba fatidica.

Vasto e tenebroso cemiterio, o Espirito-Santo, na sua propria Capital, já vê apertarem, apparelhadas para execuções summarias contra a fazenda publica insolvavel, as figuras sinistras dos credores.

Novos Hamletos, tocados talvez da tremenda loucura do mercantilismo moderno, elles chego e interrogão ao impassavel coreio do Estado, ao guarda infiel e perdulario da riqueza de todo um povo digno e ativo, pelos seus capitães, ineptamente applicados, improduttivamente consumidos.

Sorprezas e pasmos, num momento dado, elles, por lavorem protestado, sentem passar pelo espirito, não já a duvida, mas a possibilidade incrível do calote official, mediante a applicação da seguinte doutrina: «E' principio de direito, diz o Sr. Moniz em sua mensagem de 27 do corrente, que ninguém é responsável pela inexecução causada por força maior».

Quando um governo, como esse, á face do sol e da sociedade, chega a invocar, para si e para o congresso estadual, como unica escapatória salvadora —perante a Nação e perante o mundo— essa doutrina misericordiosa de dirgido, é que as cousas são outras, é que a situação, por demais premente, já está congesta de insuavel e temerosa gravidade.

Além disso, preciso é ter-se muita cautela com as mensagens de S. Ex. onde a seu talante elle diz o que quer, com o intuito exclusivo de fazer decair propria.

Assim, onde lê-se, «força maior deve-se entender força menor, isto porque a deficiência no corrente exercicio da receita ou da produção estadual, sendo, como é, um consequente de forma alguma, a ser naquella mensagem, pode ser considerado como força maior. Logicamente esta deve ser representada por antecedentes, cujas origens escusas só poderão ser encontradas no quadriennio do primeiro governo de S. Ex.

Lição e rellitão sobre a mensagem com que elle abriu o congresso este anno. Não se pode conceber maior ludibrio á boa fé publica. Pela defeza nella adduzida, S. Ex. magicamente se transigiu com um innocente, em um verdadeiro salto. E certamente disso está convencido, porque provavelmente suppe ter á seus pés «aquella á humilde como os miseráveis correntes do Oriente», no dizer do sr. Alberto Salles, toda uma sociedade de ingenuos de facil exploração.

Engano manifesto, diante do despreso e hoje, diante de intensa e graves apprehensões do publico.

O nome de S. Ex. é que, por toda parte, aterradoramente só lembra a desgraça e penuria do Estado, sendo hoje pronunciado como synonymo de nosso descredito, da miseria geral de toda uma população ingloriamente trahida por uma serie infinita de fraudes electoraes e de esbanjamentos administrativos.

Basta dizer que, dos Oligarchas que actualmente dominão esta infeliz Republica, S. Ex. foi o unico que acalentou a ideia imperialista da perpetuidade do poder, tentando golpear fundo o regime e a constituição estadual para indefinidamente poder reelegere.

Decididamente como estamos, estamos perdidos para a federação.

Tal como um navio, cuja tripulação e cujo commando, já cançados e desmoralizados, fatalmente dá á praia ao menor pampelo, assim tambem representamos um Estado que está dando á costa esteril e deserta da superma desventura; dos supremos infortunios.

Requecidos e inertes são os nossos horizontes e como recurso extremo de salvação só

resta-nos este apello, digno e honroso: a revolução.

Si não, vejamos: — tomados de pânico diante do credor que lhes bateu á porta, o poderoso oligarcha e seus delegados federaes pressurosos correm a pedir ao Congresso Nacional, com um desembaraço que asombra, mais um emprestimo de 20000 contos, resgataveis em oito annos, mediante 30% annuaes sobre as escassas rendas estaduais.

Será possível, que o emprestimo— esse monstro com todos seus tentáculos, seja a unica formula, a unica solução que a competencia financeira dos governos brasileiros entenda applicar aos nossos negocios, delle abusando com a mais requintada facilidade mecanica?

Quem não vê que aquillo é um abuso. O mais atrevido engodo atirado á boa fé paternal do governo federal, o unico que affinal de contas há de marchar no embrollo!

Positivamente o Estado, durante um tempo, cujos limites não calculamos, não poderá nunca accusar receita superior a uns mil e quinhentos contos. Os 30%, sobre essa importancia forçosamente hão de desfalcar annualmente a receita de 450000000 contos, os quaes somados a 800000000 contos, no minimo, destinados ao serviço annual de juros e amortização das L. 7000000, reduzião a receita estadual á miseria de uns 2500000.

Mas será crível, é legisladores d'esta terra, será possível, o espirito-santenses, que o Esta do desse modo se possa manter? Quando elle ainda tem um emprestimo de 1500 contos a pagar ao Banco da Republica, quando possui uma divida fluctuante colossal, um functionalismo todo em atraso de vencimentos, quando é obrigado a diffundir a instrução, que está quasi extinta, a manter serviços urgentes e inadmiáveis, conservar estabelecimentos e materiaes, a desenvolver a imigração, a lavouira, a industria, especialmente de transportes!

Não, absolutamente o Governo Federal não commetterá, estamos certos, a mais nefanda das loucuras, fazendo esse emprestimo ao Estado, mediante a condição deprimente de que a essa população continuar sob o dominio fraudulento e absoluto dessa oligarchia de desonestos e dissipadores, causa unica de nossa ruina total a qual bem poderá talvez ser a ruina do motivo supremo de uma revolta geral: morte de santas reivindicações, liberdade e audaz, contra um governo que, perdido diante da penhora a estrangeiros, ainda amexa a nossa miseria e desgraça com a pressão criminosa e inqualificavel de novos impostos, de novos tributos.

Triste destino o nosso na Republica!

O Sr. Moniz Freire, em verdade, conseguiu preparar nosso Estado de modo a só fazer juiz á logica dos dilemmas funebres, irrespondiveis e estupefidos.

E' o caso: — o o Governo Federal faz o emprestimo, e para delle ser pago, será preciso levar o Espirito-Santo ao cumulo de afflições, sem nome, além de abrir um precedente funesto para os outros estados, ou, então, vejão—á por um oculo, sob a lei infallivel do calote, sem que por este, todavia, seja responsavel esse pobre povo.

Mas será possível que tenhamos de curvar a fronte a essa potencia de bobagem, que, emtroca ou como premio optimo, por essa operação desgraçada, ainda deu uma cadeira de deputado ao Dr. José Marcelino, inepto e funebre negociador desse maldito emprestimo?

Monstruosa orgia tudo isso! Patriotismo, onde estas?

Republicanos, que fazeis?

Nova Calabria, por ventura, será o Espirito Santo? *Alfonso de Gusmão*

## QUESTÕES NACIONALES

Em outro logar d'este numero, encimado por algumas palavras, transcrevemos o que disse o «O Paiz» sob o titulo acima.

O «CaboCLO» não devolvido, assignatura aceita.

## Espírito Santo e Minas

Publicamos abaixo a réplica vibrante e irrefutável que, em tempo, deu o nosso compatriota Athayde Junior a uma série de artigos publicados no «Estado do Espírito Santo», em defesa da política dominante, castigada no «Manifesto» dirigido ao povo espírito-santense por aquele nosso compatriota.

A limitada publicidade, que teve esta réplica, nos obriga a republicá-la, para que o povo avalie bem o fêz que tem sido a administração que, há nove annos, impera neste Estado. A mensagem do Presidente, que de bôlle procura justificar erros e esbanjamentos, serve ella de prompta resposta, como uma verdade invencível que oppoem á capciosidade politica das razões presidenciaes. Os últimos factos que se têm dado, acerca da falta da administração no cumprimento das obrigações contrahidas, circumdam hoje esta réplica de uma justificação incontroversa, e servem de prova que desafia contestações.

O nosso compatriota annunciou a miserável condição a que a politica administrativa dos últimos nove annos, cujo responsavel é o Sr. Moniz Freire, arrastou este infeliz Estado. Os proceços do momento tornaram desmentido, e por sabermos não alcançar o objectivo, lançam não do vocabulário injurioso. Os factos, agora, ali estão, como um fantasma aterrador ante a nossa desgraçada situação politica, economica, financeira. Desmintam os Sr. Moniz Freire, si é capaz. Ao povo, por quem nós batemos, ao povo soffredor, por amor de quem castigamos os culpados, ao povo que paga sem a minima culpa as faltas do governo desorientado que nos mergulhou no descredito, convidamos a lêr com attenção a réplica que se segue.

## REPLICA NECESSARIA

Institui, normalizando-a, a fraude eleitoral como garantia da fraude administrativa.

Publicando um manifesto politico, que hoje serenamente corre as vias da publicidade, jamaes cogitei, tivesse elle o poder de fazer o governo perder a calma e a compostura da omnipotencia das magestades, para vir, á falta de melhor alvitre, escolher defensor menos idoneo, menos capaz, pelo raciocinio positivo dos factos, de dar-me uma resposta cabal e peremptoria.

Por uma infelicidade total para os creditos da politica e das administrações, que francamente estou a combater, foi commettida tão temerosa missão justamente ao deputado José Monjardim, que, sem criterio e sem reflexão, ainda seriamente tudo compromettendo, pois que, entre injurias a mim dirigidas e aplausos vergonhosos feitos ao Dr. Moniz, minha idolatra de bonzo caricato, veio redondamente espichar-se fulminando pela logica e pela verdade incontestáveis desse manifesto.

Realmente, facil e triste, porém, mais triste que facil é injuriar-se ou infamar-se o homem, cujas ideias, embora se pretenda, de forma alguma se pode combater e esmagar. Não pode haver maior derrota nem maior decepção. Certamente, não terei sido o primeiro a ser victima desse temporal de injurias de toda ordem, com o que, todavia, não perderei a calma e o animo precisos para ir diante acender o patriotismo, inflamar a coragem e accordar a consciencia adormecida desse povo com o facto ardente das verdades irresponsáveis, absolutamente irrefutáveis desse manifesto.

Ao ler-se os artigos no organo official do governo, sente-se, a cada passo, que o autor de semelhante algaravia, perfeiamente educou-se na antiga redacção do do «Autonomista» e o qual naquella tempo e naquella posto, melhor que ninguém, cobria de injurias e de infamias a pessoa doquelle proprio a quem hoje, como convertido de ultima hora, como deputado patriota e submisso, adora com a

equivoca ferocidade de um musulmano de baixa estirpe.

O insulto e o ridiculo jamaes moralizarão, jamaes combaterão a verdade, jamaes salvarão governos apodrecidos na orgia de politicas e administrações perdurarias e enjossas.

No geral, são instrumentos que operam como arma de dous gumes, que primeiro e mais forte ferem a quem, pelo menos, esgrime-as inconscientemente.

A prova disso está no seguinte facto e com o qual tambem terei devolvido á sua origem toda miseria moral a mim assacada.

— «A pomposa epigrapha desse manifesto, *Espírito-Santo e Minas*, diz o deputado José Monjardim, attrahiu-nos á leitura dessa peça extensa e lugubre, na qual se arrasta os creditos e os brios deste Estado, pelas ruas da amargura como a tunica inconsul do bondoso e moço Jesus rugaram os judas cuspidos-lhe nas faces e cobrindo-o de insultos. Pondo de lado o estragante da imagem, pois que o simil, alli entrou a martello, e para realmente suppor-me um novo Judas, que delata, que denuncia erros e abusos, que diz um punhado de verdades, falcantes e terribes, ao povo contra uma meia dúzia de magnates, que tudo tem estragado e consumido na alta administração do Estado, preciso é, para completar-se o simil que se lembre ou se lembre aqui a figuração tragica, historica e secular do horroroso drama do Calvario.

Ora, sendo eu o Judas desse novo Christo o Estado, para completar-se, porém, a tragedia desse tambem horroroso drama do calvario espírito-santense, preciso é que appareço os latrões no meio dos quaes deverá ser elle crucificado. Mas esses, cuja fama de ha muito vive na consciencia publica, desde já aviso a policia para pegal-os na primeira occasião.

Definitivamente furado o esprimido está o tumor de nossas desgraças e dos males que affligem toda uma população de patriotas que actualmente só vivem e trabalham para pagar dividas e impostos, sem riqueza e sem bem estar algum, vergados ao peso insuportavel de vexames de toda ordem. O manifesto teve essa vantagem inilludível: operou como histori poderoso e insuivo.

Enganados e illudidos, como até aqui, d'ora em diante jamaes viveremos. Prova dessa verdade inconfusa é esse proprio documento politico.

Elle continua de pé, incombavel, firme e intacto, a desafiar perpetuamente a critica da oligarchia a que nos governa, a raiva e energia cerebral do deputado José Monjardim, que suppoz tel-o esmagado ao peso de injurias e insultos a mim dirigidos e de lóas bajulatorias ao Dr. Moniz, unico talento que revelou! «A amizade impõe-nos o dever, diz o deputado, ex-redactor do «Autonomista», de repellar mais um gratuito e covarde inimigo do exm. sr. Dr. Moniz Freire, e de, provocando-o em campo aberto para uma luta em que nos encontráremos frente a frente, exigir-lhe a prova dos factos por amor á verdade e á justiça.»

Admiravel esse enfurecido de hoje! Quem quer que tenha lido esses artigos e o manifesto, facilmente verá que attestado de incapacidade mental revela esse deputado, arguindo-me por aquelle modo. No manifesto nada foi dito sem prova, quer mediata quer immediata, pelo que aquelle gratuito e covarde inimigo, é um disparate indigno como argumentação e especialmente sob as inspirações da amizade, que no caso, produz maxima suspeição. O resto do periodo é um dislate completo, provo-

ca-me para uma luta frente a frente exigindo-me prova dos factos.

Nada disso fez o atrabiliario, egeneado, a luta foi a injuria e o insulto, não exhibiu prova alguma, porque não tem competencia para entrar no assumpto e porque via mesmo que ella existe em todo manifesto e não ponde destruil-a como não a poderá jamaes, mesmo á força de retallar mensagens do patão para cital-as em falta de argumento proprio.

Contra factos só factos; o mais é parola, mentira, embuste e insulto.

Grande alarde fez o deputado José Monjardim, ex-redactor chefe do *Autonomista*, por haver eu applaudido a administração de 92. Sem reconhecer-lhe competencia e coherencia politicas para arguir-me a respeito, todavia, devo aos homens politicos do Estado, sobre o caso, uma declaração categorica e peremptoria. Solidario em politica com o Sr. Dr. Moniz Freire desde a Constituinte, fui factor principal dos acontecimentos que tiveram desfecho na celebre *madrugada chucosa*, assim baptisada pelo proprio deputado naquello tempo, acontecimentos que deram por terra com o então presidente lucenista do Estado, o respeitavel pae desse hoje amoldavel e enfurecido deputado.

(Continua.)

O «CABOCLO» não devolvido, assignatura acceita.

## EXPORTAÇÃO

## MERCADO DE CAFÉ

Stock até 19 a tarde 620.562 saccos.  
em Santos a tarde 1,438.340 saccos.

Na ultima semana os mercados Europeus fecharam com alta, tendo fechado a 23 com a seguinte cotação:

|          |           |       |       |
|----------|-----------|-------|-------|
| Typo 6 — | por 15 k' | 88600 | 89200 |
| 7 —      | » » »     | 88000 | 88600 |
| 8 —      | » » »     | 78400 | 88000 |
| 9 —      | » » »     | 78000 | 78500 |
| 10 —     | » » »     | 68500 | 78000 |
| Escolha  | » » »     | 58000 | 58500 |

Pauta semanal por kilo.

O «CABOCLO» não devolvido, assignatura acceita.

## CAMBIO

Fechou a 19 á 11 3/4 e 11 7/8 d.  
O valor official de mil réis foi de 435 réis ouro.

## CORREIO

A 11 do corrente, falleceu, na Capital Federal, este eminente brasileiro, Dr. Francisco de Castro, o moço sabio que foi, pela altissima auctoridade da sua palavra fallada e escripta, uma das mais deslumbrantes lições de que o Brazil se orgulha. Corvamos nossa alma ante a grandeza do seu tumulo.

O nosso genial compatriota Santos Dumont acaba de alcançar um extraordinario triumpho, percorrendo, em seu balão, o itinerario exigido pelo Aéro-

Club para a conquista do premio Deutsch.

Pariz, a grande e tumultuosa metropole, agitou-se toda numa ruidante saudação apothetica ao brasileiro immortal, em quem o Destino mysterioso reivindicou a memoria illustre do nosso Bartholomeu de Gusmão.

Começaram, ha dias, os debates sobre o nosso Codigo Civil, na commissão parlamentar, depois de publicados os diversos relatorios parciaes, pareceres de varios juriconsultos e de institutos juridicos. Têm tomado parte no debate o assistido ás sessões, além dos membros da Commissão e do notavel auctor do projecto, os Srs. conselheiros Andrade Figueira, Bandeira de Mello, M. F. Corrêa, Coelho Rodrigues, Drs. Gabriel Ferreira, Torres Netto, Salvador Moniz, Carlos Perdigão e muitos outros. O eminente Mestre Dr. Ray Barboza prometteu discutir o assumpto no Senado. As discussões têm assumido desusado brilho, o tudo annuncia que vamos possuir um codigo de primeira plana.

Telegramma de Buenos Ayres noticia que a commissão mixta, dirigida pelos Drs. Cruls e Latchell, aquelle pelo Brazil e este pela Bolivia, verificou estarem collocadas as nascentes do Javary na latitude determinada pelo fuado capitão-tenente Cunha Gomes.

A «Gazeta» apreciando o facto, escreve: Eis ahi o epilogo da longa e malfeita questão do Acre, que nasceu num momento de allucinação geographica, cresceu entre as maiores aberrações patrioticas e acaba esmagada pela sciencia, pela equidade e pela justiça.

O presidente Roosevelt vai enviar ao Congresso norte americano uma mensagem em que aconsellará a legislação contra os trusts. Isso importa no repudio á antipathica politica imperialista de Mac Kinley, o seu antecessor.

De um artigo «Cousas politicas» do eminente confrade, o «Commercio do S. Paulo» extrahimos este trecho pelo valor que representa, como verdade que é: «O Espírito Santo, é propriedade do Sr. Moniz Freire, que livremente nomeia deputados e senadores.»

Lemos que o baího Gudenus, encarregado do negocios da Austria, perseguiu de tilbury uma creança de sete annos, que estendia a mão, afora do gradil do seu jardim, e arrancava uma flor; e não contente com isso, esbaldou a creança quebrando sobre elle uma bengala. Parece incrível que um homem, que representa uma nação civilizada, chegue a praticar um acto tão brutal e infame. Naturalmente o violento diplomata abroquelou-se em immuniidade da funcção que representa.

Cá ficamos com o seu nome bem guardado



## QUESTÕES NACIONALES

Não há muitos dias, o «O Paiz» publicou um telegramma, annunciando a baixa dos fundos brasileiros, motivada pelo facto de não ter este Estado accedido ao cumprimento das obrigações contrahidas. Logo depois, circulou a tristissima nova de que um banco estrangeiro ia tomar a fiscalização de repartição nossa para pagar-se do que lhe era devedor o Estado pela arrecadação das respectivas rendas.

O effeito d'esta noticia tem uma intensidade tal, repente tão profunda e desoladamente que se não pôde considerar a nullada pelo emprestimo que o Estado, por seus representantes, na Camara Federal, busca contrahir com o Governo da União. A situação desventurada, em que estamos afundidos, permanece a mesma. E ha culpados d'isto.

O regimen republicano é um regimen de responsabilidade, e os responsaveis precisam ser punidos no tribunal da opinião. Não somos d'este falso e illegitimo patriotismo que se manifesta pelo silencio em torno aos actos do poder e pela sua approvação incondicional. Por isto, combatemos, sem bastarlas transigencias, este governo que, servido p-o povo, cumpridor exacto dos tributos exigidos, cumpridor complacente arrastado ao ultimo dos sacrificios, não lhe soube proporcionar, no fim de nove annos, o conforto e bem estar a que tem direito.

Por isto combatemos, em nome do povo, o governo malsinado que, por abusos e esbanjamentos, nos deixa agora, sem respirar, numa atmosphera de letargia e asphyxiant de opprobrio.

Este é que é o nosso carinho pelo Estado? que nascemos, e aquelle "odio santo" que é uma ferma militante do amor" de que fallou o nosso grande e immaculado Raul Pompêa.

Sobre o caso que nos afflige, o «O Paiz» escrevem umas palavras de alto valor que estão a exigir larga divulgação e attenta e meditada leitura. Gil Vidal, em sua brilhante secção do «Correio da Manhã», e magnifico diario independente e patriótico, também referem-se ao facto, com justos commentarios, depois do artigo do «O Paiz». Tudo isto está demonstrando que é preciso, de uma vez por todas, acabar com esta absurda doutrina que, de facto, domina no Brazil: a existencia de tantas soberanias quantos os Estados, principio errado e nocivo que tem dado franca margem a excessos de toda a ordem.

A soberania é una e indivisivel: nisto é que está a segurança e a integridade da Federação.

Como queremos que o povo aprenda uma lição brillantissima, transcrevemos, pedindo permissão, das columnas do «O Paiz», o symbolo da energia republicana dentro da Patria, a parte do seu editorial de 10 do corrente, relativa ao caso do Espirito Santo.

Ahi a têm os leitores:

«Ao passo que isto succede em S. Paulo, dizem-nos que no Espirito Santo um banco estrangeiro vai ficar á frente da arrecadação das rendas estaduais, que lhe estão hypothecadas. A gravidade d'este facto não escapa a ninguém. Elle é um aviso terrivel. Ahi que ponto os Estados podem ter competencia para

fazer contractos dessa natureza? Sem duvida, se elles são senhores da sua receita, podem empregar-a como lhes parecer melhor, prometendo-a em garantia dos emprestimos que contrahirem.

Irá, porém, esse direito ao ponto de a podermos hypothecar, e, de mais a mais, hypothecar a instituições estrangeiras? E' licito discutir. A attribuição de cobrar impostos é uma attribuição de soberania, de que os Estados só gozam por delegação constitucional e na medida em que a Constituição Federal a quizer limitar. Todos sabem como as administrações de alguns Estados foram pouco honestas, como não se hesitou mesmo em descer a recursos de uma improbidade inqualificavel para se obter dinheiro. Ser-lhes-ha permitido venderem o Brazil a retalho e, mais do que isso, passarem a estrangeiros as suas funções constitucionales?

E' verdade que não se trata, por ora, senão de um banco; mas nada impede que amanhã seja alguma potencia da Europa a que tome a responsabilidade do emprestimo e venha, portanto, em virtude de contracto com qualquer governador pouco escrupuloso, intervir na administração brasileira.

Dir-se-ha que se trata de uma simples fiscalização das rendas?

Em primeiro lugar, isso mesmo já é muito, ou até, no terreno dos principios, já é tudo: importa em admitir que um poder estrangeiro tem competencia para se sobrepor aos poderes que a Constituição Federal criou, discriminou e distribuiu. Ella dá aos Estados o direito exclusivo de arrecadarem certos impostos.

Como se pôde aceitar que essa arrecadação fique sujeita á inspecção de instituições estrangeiras, sobpostas á sua vigilancia, que é a de um poder não previsto na Constituição e superior aos poderes estaduais?

Em segundo lugar, soisso pôde ser feito para a fiscalização, pôde igualmente para a arrecadação. Onde o limite? Não existe. Aceita a legalidade do primeiro procedimento, é forçoso admitir a do segundo.

O que resta saber é se os governos estaduais podem ter competencia para reduzir cidadãos brasileiros a subditos estrangeiros. Nisso, nem mais nem menos, importa, em ultima analyse, o sujeitar nacionais, dentro do seu proprio paiz, á obediencia a estranhos.

Para o caso que nos suggere estas observações faltam-nos ainda informações completas que nos permitam avaliar a situação.

Mas estes primeiros reparos não são precipitados, porque elles agitam uma questão que, de um momento para outro, nos são as surpresas de certas administrações estaduais, pôde tomar, a proposito de qualquer caso que appareça, a feição gravissima de verdadeiro perigo nacional.

Dizemos nós agora: pondere nisto, o Dr. Moniz Freire, o causador dos nossos males.

## ANNUNCIOS

## “O Caboelo”

ACCEITAM-SE PUBLICAÇÕES E ANNUNCIOS, aquellas ao preço de 200 réis por linha, e estes pelo que na occasião fôr convencionado.

Encarrega-se tambem da publicação de jornaes de pequeno formato, folhetos e mais serviços attinentes á arte por preços modicos.

Os pedidos deverão ser dirigidos para a redacção, á rua Municipal, n.º 57, n'esta VILLA DE ITAPEMIRIM.

TERRAS  
Para vender

Moncel da Costa Pinto, negociante no BREJO DOS PATOS DE ITAPEMIRIM, vende diversos terrenos que possui, regulando de 3 a 15 alqueires;

UNS COM CASA E BEMFEITORIAS, OUTROS SEM ELLAS

Situados todos no

BREJO DOS PATOS  
e no lugar RIO MUQUY

AFFONSO GAZANI

COM LOJA DE ALFAMAITE

Rua Municipal—Villa de Itapemirim

PISA & IRMÃO

Com negocio de fazendas, chapéus, calçados, armario, ferragens, louça e molhados, casa fundada em 1885.

A Rua Municipal n. 51—Villa de Itapemirim.

TRAPICHE COMMERCIO

BARRA D'ITAPEMIRIM

Daumas, Moraes & C., agentes commerciaes, recebem á consignação, cafés e outros generos do paiz. E em sua Usina pila café pelo modico preço de 400 rs. por 15 kilos.

ESPIRITO  
SANTO